

Introdução da versão preliminar do Plano de Ação

Em maio de 2016 decorreu a Reunião Informal dos Ministros da UE responsáveis pelos Assuntos Urbanos. Nessa reunião os Ministros acordaram e estabeleceram o Pacto de Amsterdão – Agenda Urbana para a UE (NP-CEU 2016). Em conformidade com a estratégia da UE 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, o Pacto de Amsterdão define a Adaptação Climática como um dos temas prioritários a ser abordado. A Parceria Adaptação Climática da Agenda Urbana para a UE iniciou o seu trabalho em julho de 2017 como um instrumento de cooperação multinível e transversal e um mecanismo chave para este tema.

O objetivo da Parceria Adaptação Climática da Agenda Urbana para a UE é *“antecipar os efeitos adversos das alterações climáticas e levar a cabo as ações adequadas para prevenir ou minimizar os prejuízos que estas podem causar nas áreas urbanas. O enfoque encontra-se colocado na avaliação da vulnerabilidade, na resiliência climática e na gestão do risco, incluindo a dimensão social das estratégias de adaptação climática.”*

O Coordenador da Parceria Adaptação Climática é o município de Génova. Os restantes parceiros incluem Estados (França, Polónia, Hungria e Bulgária), autoridades locais e regionais (Barcelona, Glasgow, Trondheim, Loulé, Potenza, Sfantu Gheorghe), departamentos da Comissão Europeia (DG REGIO, DG CLIMA, DG ENV, DG RTD, JRC) e outras organizações (Eurocities, CEMR, Banco Europeu do Investimento, URBACT, Agência Europeia do Ambiente, Pacto dos Autarcas).

Atualmente, as consequências e os potenciais impactos severos provocados pelas alterações climáticas são amplamente reconhecidos, especialmente nas áreas urbanas, que acolhem uma elevada densidade populacional (incluindo grupos altamente vulneráveis) e onde se concentram muitos ativos valiosos e investimentos económicos, bem como redes e infraestruturas essenciais. Um território com uma elevada taxa de urbanização enfrenta o aumento de temperaturas e os efeitos do clima extremo. Isto pode ter impactos não só na qualidade de vida urbana mas também numa série de outros setores, desde do Emprego e Crescimento até à Justiça e Migração. No entanto, as cidades e vilas europeias não estão preparadas para

enfrentar sozinhas este desafio à escala global.

No âmbito da Parceria Adaptação Climática as principais barreiras e constrangimentos identificados são:

- Escassez de recursos financeiros afetos ao planeamento e implementação de medidas de adaptação
- Carência de orientações, normativas e políticas nacionais de apoio / suporte
- Escassez generalizada de recursos humanos devidamente capacitados e com conhecimentos consolidados em adaptação
- Reduzida experiência na criação de estruturas administrativas vocacionadas para a adaptação de longo prazo
- Lacunas na compreensão dos impactos e dos custos climáticos em sectores urbanos específicos
- Capacidade limitada para obter, aceder e interpretar os dados climáticos
- Reduzida experiência e conhecimento na implementação de opções e de medidas de adaptação
- Lacunas no conhecimento para o desenvolvimento de sistemas de monitorização urbana
- Consciência limitada da informação disponível, por vezes devido à barreira linguística.

O objetivo da Parceria é promover a capacitação dos governos locais na avaliação dos riscos e da vulnerabilidade do seu território associados às alterações climáticas, tanto ao nível social, ambiental e económico, no planeamento estratégico de políticas de adaptação baseadas em evidências sólidas, assim como no acesso ao financiamento e na implementação de medidas no terreno, contribuindo para a promoção do aumento de resiliência urbana na Europa.

O conjunto de ações propostas no Plano de Ação centra-se em três pilares de acordo com o Pacto de Amesterdão:

MELHOR REGULAÇÃO

- Revisão das ferramentas de regulação e de desenvolvimento e planeamento urbano, com especial foco nas ações nacionais, regionais e locais de adaptação climática
- Promover um maior envolvimento das associações de municípios nacionais e do Pacto dos Autarcas como facilitadores e conselheiros das autoridades locais.

MELHOR FINANCIAMENTO

- Desenvolvimento de diretrizes e de ferramentas para a análise económica da adaptação climática
- Recomendações para os (futuros) programas operacionais do FEDER de modo a melhorar o acesso dos municípios
- Um novo (programa) LIFE para os projetos de adaptação climática urbana
- Apoio adicional para a elaboração dos planos de adaptação local às alterações climáticas.

MELHOR CONHECIMENTO

- Melhorar o acesso dos Municípios da UE aos dados do projeto COPERNICUS
- Melhorar o conteúdo urbano do Climate-ADAPT
- Academia de formação em adaptação climática para os decisores políticos
- Promover e melhorar o envolvimento dos cidadãos e das partes interessadas, a nível regional e local, nos programas de adaptação climática
- Promover o acesso aberto aos dados das seguradoras para a gestão do risco climático.

O processo da Parceria Adaptação Climática é uma resposta importante aos problemas de resiliência urbana, reconhecidos tanto à escala Mundial e Europeia, como ao nível local. A ação local é a chave para se atingir com sucesso os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas a ação local tem de ser apoiada por todos os níveis de governança numa ação conjunta. A abordagem participativa, de baixo para cima, que foi a base deste Plano de Ação, significou aproximar as realidades e as necessidades locais do apoio e conhecimento de especialistas internacionais, assim como as questões associadas à governança e aos mandatos legislativos às estratégias nacionais e internacionais, para definir soluções. As Ações específicas deste Plano têm como objetivo aumentar o número de áreas urbanas que adotem e implementem estratégias e planos de adaptação climática, contribuindo para a redução de perdas humanas, ambientais, materiais e económicas resultantes dos impactos das alterações climáticas.